

Paulo Lima



Presidente do Senado, Garibaldi quer depoimentos de funcionários

Leopoldo Silva



Para o líder da Minoria, Mário Couto, Dilma Rousseff mentiu aos senadores

Leopoldo Silva



Virgílio (à dir., com Agripino) adverte Dilma: "É feio mentir numa democracia"

CPI vota hoje convocação de envolvidos com o dossiê

A CPI Mista dos Cartões Corporativos deve votar hoje a convocação de José Aparecido Pires, ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, e de André Eduardo Fernandes, assessor de Alvaro Dias. O presidente do Senado, representantes da oposição e o líder do governo concordaram ontem sobre a necessidade de ouvir os servidores envolvidos na divulgação do dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique e de sua esposa, Ruth Cardoso. Também será ouvido o reitor da Unifesp, sobre denúncia de gastos irregulares com cartões. **Página 3**



Marisa Serrano, presidente da CPI, anuncia votação de requerimentos

J. Freitas

Jane Araújo



Segundo o líder Romero Jucá, "o governo não teme nada"

Jane Araújo



Alvaro Dias anuncia que assessor se dispõe a prestar depoimento logo

Novo requerimento para ouvir Dilma está na pauta da CCJ

Requerimento de Arthur Virgílio para ouvir ministra sobre o dossiê contra Fernando Henrique pode ser votado na reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Página 2**

Sessão especial do Senado marca os 120 anos da libertação dos escravos

O Senado realiza hoje, às 10h, sessão especial para comemorar os 120 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, com a promulgação da Lei Áurea. Dois requerimentos solicitaram a realização da sessão: o primeiro

é de autoria de Cristovam Buarque e Paulo Paim e o segundo é encabeçado por Aloizio Mercadante. O fim da escravatura foi decidido no Senado, com a libertação incondicional e imediata dos escravos. **Página 8**

Propaganda de bebida em xeque

Mesquita Júnior conclama senadores a se unir para limitar publicidade. **Página 7**



Frequência em reunião escolar pode ser pré-requisito para Bolsa Família

Os pais de alunos beneficiados pelo Bolsa Família poderão ser obrigados a comparecer às reuniões escolares. A medida está prevista em projeto de lei que será examinado hoje pela Comissão de Educação.

Além desse projeto, estão na pauta outros 16, como o que estabelece a frequência mínima de 85% do total de horas letivas para a aprovação em cada disciplina em todas as instituições de ensino superior. **Página 4**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Presidente comanda reunião de líderes

Às 10h, o presidente Garibaldi Alves abre a sessão em comemoração aos 120 anos da Abolição da Escravatura. Às 10h45, recebe o chanceler da Áustria, Alfred Gusenbauer, no Salão Nobre. Às 11h, participa do lançamento do projeto "O que você tem a ver com a corrupção?", no Salão Nobre. Às 14h30, comanda reunião de líderes e, às 16h, preside a ordem do dia.

Plenário homenageia abolição e vota MPs

Será realizada, às 10h, sessão especial do Senado destinada a comemorar os 120 anos da Abolição da Escravatura. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por medidas provisórias (MPs) e por projetos de lei de conversão (PLVs).

CAE discute política monetária com o presidente do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 10h30, audiência pública para debater com o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, diretrizes, im-

plementação e perspectivas da política monetária. Logo após o debate, os senadores analisam a mensagem do Executivo que trata da programação monetária para 2008.



CPI dos Cartões vota novas convocações

Às 9h30, a CPI dos Cartões Corporativos ouve o depoimento do reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto. Logo após, os parlamentares analisam requerimentos de convocação de assessor da Casa Civil.

Exposição e lançamento de livro abrem Ano Cultural

Será aberta, às 10h, exposição de fotos de Pierre Verger, que poderá ser visitada no Salão Branco do Congresso até 13 de junho, das 9h às 17h. Às 18h30 será lançada, na biblioteca do Senado, a publicação eletrônica *História do Senado Brasileiro*, de Antônio Barbosa, Celso Fonseca e Marcos Magalhães e aberta a ex-

posição *A Abolição no Parlamento Brasileiro*. Os eventos, que contarão com a presença do presidente da Casa, Garibaldi Alves, abrirão o Ano Cultural do Senado. Às 19h30, no Auditório Petrônio Portela, será exibido o filme *Atlântico Negro – Na rota dos orixás*, do cineasta Renato Barbieri, seguido de debate com o diretor do filme.

CE estuda condição para pagamento do Bolsa Família

Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), às 11h, analisa, entre outros, o projeto que altera a lei que institui o programa Bolsa Família (Lei 10.836/04), para determinar a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento do Pro-

grama Nacional de Renda Mínima vinculado à educação (Bolsa Escola). A CE também examina, entre os 17 itens da pauta, proposta que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para garantir o recenseamento escolar de crianças da educação infantil, de até cinco anos de idade.

Virgílio apresentou requerimento para que ministra compareça novamente ao Senado para explicar dossiê

CCJ pode convocar Dilma Rousseff

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã, às 10h, requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que solicita a convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para depor novamente no Senado. A ministra veio à Casa na semana passada, quando respondeu a perguntas sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o dossiê sobre gastos sigilosos do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Também está na pauta da CCJ projeto (PLS 392/07) de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que permite aos estados adotar mecanismo similar ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Por meio desse mecanismo, o governo federal pode deduzir do cálculo do resultado primário as despesas com determinados tipos de investimento.

A senadora argumenta que "a possibilidade de investimentos estaduais está manietada pela necessidade de se produzirem resultados primários suficientes para saldar a dívida estadual para com a União". O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), é favorável à matéria.

Precatórios

O substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) com uma solução constitucional para o pagamento de precatórios também será analisado pelos senadores da CCJ. Precatórios são as dívidas do Executivo cujos pagamentos já foram ordenados por sentença judicial. Raupp afirmou, no final do ano passado, que seu parecer "não prejudicará ainda mais os credores". Mas, para o presidente



A ministra participou na semana passada de audiência na Comissão de Infra-Estrutura

nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, novas regras podem significar "a oficialização do calote".

Terrenos de marinha

Com o objetivo de debater a proposta de emenda à Constituição 53/07, do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que prevê a extinção dos terrenos de marinha, a CCJ agendou debate para amanhã, às 14h. São considerados terrenos de marinha áreas que ficam a 33 metros da água do mar, o que obriga proprietários de casas ou apartamentos nessas faixas a pagarem taxas anuais ao governo pela sua ocupação. A Marinha é contra a proposta.

Entre os convidados para a audiência estão o ministro das Cidades, Márcio Fortes; o representante do Ministério do Meio Ambiente, Ademilson Zamboni; o representante do Ministério da Defesa, Armando Gonçalves Madeira; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; e a secretária do Patrimônio da União, Alexandra Reschke.



Direitos de passageiros

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, 13 projetos, como o substitutivo que prevê indenização a passageiros em casos de recusa de embarque, atrasos de vôos e danos em bagagem, pelo chamado *overbooking*. Outro item da pauta pretende dar um ano de validade para bilhetes rodoviários.

CPI da Pedofilia

Reunião, às 14h, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia para ouvir o depoimento do prefeito de Niquelândia (GO), Ronan Rosa Batista, sobre denúncias de prática de pedofilia naquele município.

Comissão de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate, às 14h, a proposta de emenda à Constituição sobre os terrenos de marinha e a propriedade desses imóveis (PEC 53/07) com a secretária do Patrimônio da União, Alexandra Reschke; o ministro das Cidades, Márcio Fortes; e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Geovani Borges

Novas revelações sobre o caso do dossiê mobilizam senadores; Marisa anuncia votação de requerimentos; Garibaldi quer ouvir funcionários envolvidos



Leopoldo Silva
"Quem mais sabe de como o dossiê foi confeccionado é a ministra Dilma"

Aparecido não será bode expiatório, adverte Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que o secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, José Aparecido Pires, não vai levar a culpa sozinho pelo vazamento do dossiê com informações sobre os gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e da sua esposa. Virgílio assinalou que não se trata de fogo amigo e nem vê influência do ex-ministro José Dirceu no caso.

– Quem mais sabe da presença do dossiê, da existência do dossiê e de como ele foi confeccionado é a ministra [da Casa Civil] Dilma [Rousseff], que mandou a doutora Erenice [Alves Guerra] confeccioná-lo. A doutora Erenice juntou um grupo de trabalho no carnaval e aquele grupo carnavalesco, aquele bloco de sujos montou o dossiê. Falta, agora, que os culpados paguem e, a meu ver, os culpados são, pela ordem, Dilma Rousseff e Erenice Guerra.

O senador disse que Dilma mentiu em seu depoimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

– A ministra tem toda razão, não se deve falar a verdade diante de torturadores ignóbeis numa ditadura. Agora, ministra, é muito feio mentir numa democracia e foi o que a senhora fez na CI, quando disse que não era um dossiê, mas um banco de dados.

CPI vota hoje a convocação de divulgadores do dossiê

Em entrevista concedida à Rádio Senado, a presidente da CPI Mista dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), anunciou ter convocado reunião para hoje, a partir das 9h30, para a apreciação de 101 novos requerimentos.

Dentre esses requerimentos, destacam-se as convocações do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, José Aparecido Pires, e de André Eduardo Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apontados por investigação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) como responsáveis pela divulgação do dossiê sobre gastos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique



Marcia Kalume
Marisa: "Agora, nós temos uma pessoa real que botou a mão na massa"

e de sua esposa, Ruth Cardoso. Também será ouvido o reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, sobre denúncia de gastos irregulares que efetuou com cartão corporativo do governo. Ma-

risa Serrano disse que será muito estranho se, nessa reunião, a base do governo votar contra a convocação de José Aparecido. Para ela, é fundamental ouvir os dois funcionários apontados como responsáveis pelo vazamento das informações para conhecer o problema.

– Tínhamos apenas um documento apócrifo em papel. Tínhamos a ministra dando entrevista e dizendo que se tratava de uma planilha Excel e que poderia ser falsificada, porque nesse tipo de arquivo cada um põe o que quer. E agora nós temos uma pessoa real que fez, que acompanhou, que botou a mão na massa, que sabia do acontecido. E nós, do Congresso, não vamos nem perguntar a ele o que aconteceu?

Jucá afirma que governo deseja ver tudo esclarecido



João Araújo
Líder do governo garante que não há restrição a depoimentos

de Alvaro Dias (PSDB-PR), para prestar depoimento à CPI.

– O governo apóia a convocação dos dois para saber o que efetivamente aconteceu. O governo não teme nada. Antes, quer ver todos os fatos esclarecidos – disse Romero Jucá, referindo-se à troca de e-mails entre Aparecido e Fernandes, por meio da qual o primeiro teria vazado para o segundo informações sobre gastos com cartões corporativos durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), sustentou ontem que não há nenhuma restrição à convocação do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes Pires, e de André Eduardo da Silva Fernandes, assessor

Garibaldi quer depoimento de funcionários envolvidos

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem que, apesar de ter pedido afastamento do cargo de secretário de Controle Interno da Casa Civil, o servidor José Aparecido Nunes Pires precisa prestar esclarecimentos sobre a acusação de ter vazado o dossiê com informações sobre gastos do governo Fernando Henrique Cardoso.

– Se ele pediu afastamento, é uma medida que leva a crer que ele precisa realmente ser ouvido. Não é por ter pedido afastamento que se vai deixar de ouvi-lo – assinalou.

Apesar de defender a convocação dos dois funcionários, Garibaldi disse não ver necessidade de realização de uma acareação entre José Aparecido e André Fernandes.

– É em função de uma contradição que você leva duas pessoas a uma acareação. Não é o caso. Até agora, um não disse nada que o levasse a contradizer o outro – observou.

Garibaldi também ressaltou que não vê razões para que o próprio senador Alvaro Dias, que recebeu o dossiê de seu assessor, seja ouvido na CPI como depoente. O presidente voltou a afirmar que não faz sentido convocar a ministra Dilma Rousseff para um novo depoimento.



Gerardo Magela
Alvaro: "É evidente que o vazamento se deu no Palácio do Planalto"

Alvaro anuncia que assessor está pronto para depor

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ontem que seu assessor André Eduardo Fernandes está pronto para depor na CPI Mista dos Cartões Corporativos.

– O meu assessor está à disposição. Ele se colocou à disposição. Ele pode vir já nesta quarta-feira [amanhã] prestar depoimento, sem nenhum problema – afirmou.

Na avaliação de Alvaro Dias, o vazamento do dossiê já está esclarecido, pois o laudo técnico do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é inquestionável.

– O vazamento saiu da Casa Civil. O vazador é José Aparecido e [o dossiê] chegou ao computador do André Eduardo. Evidente que o vazamento se deu no Palácio do Planalto. Mas o nome mais importante não é o do José Aparecido, é o de quem deu a ordem para a elaboração do dossiê e de quem fez o dossiê. Essas são perguntas que podem ser respondidas até pela oposição, mas essa resposta não vale. O que vale é a oficial, a resposta da Polícia Federal, uma instituição independente que, certamente, dará resposta a essas indagações rapidamente – assinalou.

O senador observou que a convocação de José Aparecido depende da vontade do governo, que tem maioria de votos na comissão.

Dilma Rousseff mentiu no Senado, diz Mário Couto

Ao destacar a importância do livre funcionamento das CPIs no Congresso Nacional, apontadas como instrumento fundamental para os partidos de oposição fiscalizarem o governo federal, o líder da minoria, Mário Couto (PSDB-PA), acusou a ministra Dilma Rousseff de haver falta-

do com a verdade ao negar no Senado, na semana passada, a existência de dossiê sobre gastos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique.

– A ministra, braço direito do presidente da República, candidata à Presidência da República, mentiu. Quando questionada

por Arthur Virgílio e por mim, ela não disse que tinha o dossiê. Ela mentiu.

O senador criticou o governo por intimidar as oposições pela ameaça de publicação de dossiês.

Mário Couto ainda apelou ao presidente do Senado, Garibaldi

Alves, para que marque reunião com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, com o objetivo de apressar a votação na Câmara de projeto de lei (PLC 42/07), já aprovado no Senado, que concede aos benefícios da Previdência Social reajuste idêntico ao do salário mínimo.



Leopoldo Silva
Mário Couto acusa governo de ameaçar a oposição com dossiês

Mensagem da Presidência com a programação monetária para 2008 deve ser também discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos

Henrique Meirelles fala hoje à CAE sobre política monetária

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fala hoje aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na audiência pública, agendada para as 10h30, Meirelles detalhará as diretrizes da política monetária implementada pelo governo federal e as perspectivas futuras, frente ao atual contexto nacional e internacional.

Conforme determina a Resolução 32/07 do Senado Federal, o presidente do Banco Central deve comparecer trimestralmente à comissão, nos meses de fevereiro, abril, julho e outubro. Por solicitação de Henrique Meirelles, foram desmarcadas as reuniões agendadas no mês passado, e o debate de hoje cumpre a determinação da norma de prestação de informações aos senadores da CAE.

Após o debate, a comissão deve examinar a Mensagem 4/08

da Presidência da República, contendo a programação monetária para o primeiro trimestre de 2008 e para o conjunto do ano. O documento apresenta estimativas de variação dos indicadores econômicos e estipula metas. Detalha ainda o comportamento previsto para a economia do país e as justificativas para possíveis

ajustes. No texto, é destacado o crescimento verificado na agropecuária e na indústria, com o conseqüente aquecimento no mercado de trabalho.

O relator da mensagem presidencial na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou voto favorável à matéria.



A audiência com Meirelles, presidente do BC, é determinada pela Resolução 32/07

Senado homenageia os 60 anos do Estado de Israel

O Senado realiza amanhã sessão especial, às 10h, para homenagear os 60 anos de criação do Estado de Israel. O pedido para realização da sessão foi encabeçado pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF), que diz se tratar de uma manifestação de apreço a Israel e seu povo, “berço de uma civilização com inegáveis contribuições à Humanidade”.

O Estado de Israel foi criado a partir de uma nação dispersa pelo mundo após cerca de dois mil anos, que renasceu devido à decisão de países reunidos na Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 29 de novembro de 1947.

Israel (cuja capital e sede de governo é Jerusalém, apesar de Tel Aviv ser reconhecida internacionalmente) é uma república parlamentarista. Sua população é de 7,116 milhões, constituída na maioria por judeus (75,8%).

Israel teve, em 2007, um produto interno bruto (PIB) de US\$ 132,5 bilhões e renda *per capita* de US\$ 28,8 mil. O índice de alfabetização é de 91,1% e a população que vive abaixo da linha da pobreza é de 21,6%. A inflação foi de 0,4% e o desemprego ficou em 7,6% no ano passado.

Segundo o primeiro-ministro, Ehud Olmert, Israel ainda tem muito a realizar, particularmente nas negociações de paz com os vizinhos árabes e na garantia de uma sociedade mais justa e igualitária.

Missão de quatro senadores visita seis países africanos

Quatro senadores estão, desde sábado, em missão oficial que percorrerá seis países em 11 dias. A viagem foi proposta por Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Também participam da missão o presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo (PSDB-GO), e os senadores José Nery (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM).

O intuito da viagem é estreitar relações entre o Brasil e os países a serem visitados: Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Angola. De acordo com Heráclito, as nações têm identificações históricas e culturais com o Brasil e vivem intenso crescimento, como Angola, que deve ter este ano o maior índice do mundo: 35%.

— É uma aproximação que se vem fazendo com países com os quais o Brasil mantém bom relacionamento e com países com os quais deve estreitar esse relacionamento — explicou o senador.

Conforme explicou o presidente da CRE, a idéia da viagem surgiu de convites dos embaixadores africanos e de conversas com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. A missão, disse Heráclito, é uma maneira de o Estado brasileiro apoiar pessoas e empresas do Brasil que vivem e trabalham na África.

J. Freitas



Comissão de Educação, presidida por Cristovam Buarque, tem uma longa pauta a ser cumprida hoje. Entre o

Concessão de Bolsa Família

Os pais de alunos beneficiados pelo Bolsa Família poderão ser obrigados a comparecer às reuniões escolares. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 449/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que pode ser examinado na reunião de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Atualmente, a concessão do benefício está condicionada à realização de exame pré-natal e ao acompanhamento nutricional e de saúde da família, além da exigência de frequência escolar mínima de 85% para os filhos em idade escolar. O projeto estabelece como nova exigên-

cia a presença dos pais ou responsáveis nas reuniões da escola onde estudam as crianças beneficiadas.

Na justificativa da proposta, Cristovam observa que os pais vêm transferindo cada vez mais à escola a responsabilidade pela educação dos filhos. Para ele, a obrigatoriedade da presença nas reuniões seria uma “oportunidade ímpar de chamar os pais a compartilhar com a escola a educação de seus filhos”. A matéria, que tramita em decisão terminativa na CE, é relatada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

Três outros projetos serão também

Comissão discute modelos de prevenção de fraude

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza na quinta-feira a segunda audiência pública sobre os modelos de controle externo e interno do país. O tema será “Instrumentos e procedimentos de controle I – a prevenção de fraude e desperdícios”.

Proposto pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), o ciclo de discussões acontecerá todas as quintas-feiras, até 12 de junho.

O papel da sociedade civil na prevenção de fraudes e desperdícios na gestão pública será tratado pela diretora-executiva do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Iara Pietri-covsky. Já o presidente do Tribunal



Debate sobre controle interno foi sugerido por Renato Casagrande

Marcio Kellume

de Contas da União, ministro Walton Alencar Rodrigues, falará sobre “A intervenção preventiva do controle externo”.

Para discutir o tema “Medidas de controle interno necessárias à prevenção de fraude e desperdícios”, foi convidado o ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União. O auditor-chefe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Gil Pinto Loja Neto, tratará do “Efeito das fragilidades de controle na gestão do gasto público social descentralizado”.

A audiência será coordenada por Serys Shlessarenko (PT-MT), que falará sobre “As funções do Legislativo na prevenção da má gestão pública”.



s projetos, está o que institui programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação

a pode ficar mais rigorosa

examinados em caráter terminativo pela comissão. O primeiro (PLS 387/07), do então senador Wilson Matos, estabelece a frequência mínima de 85% do total de horas letivas para a aprovação em cada disciplina em todas as instituições de ensino superior. O projeto recebeu de seu relator, Romeu Tuma (PTB-SP), voto pela aprovação.

Crédito educativo

A segunda proposta (PLS 304/06), da senadora Fátima Cleide (PT-RO), institui o crédito educativo para estudantes de programas de pós-graduação. O texto recebeu voto favorável do rela-

tor, Raimundo Colombo (DEM-SC). O terceiro projeto (PLS 363/07), também de autoria de Colombo, inclui as despesas com alimentação escolar como de manutenção e desenvolvimento do ensino. A matéria recebeu do relator, Romeu Tuma, voto pela rejeição.

Entre os projetos não-terminativos da pauta da Comissão de Educação encontra-se proposta (PLC 96/07), relatada pelo senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que institui o Dia Nacional da Bossa Nova, a ser comemorado em 25 de janeiro, data de nascimento do compositor Tom Jobim.

Senado começa a analisar novas regras para TV paga



Antonio Carlos Júnior coordena os debates sobre o projeto

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza reunião técnica amanhã para discutir o substitutivo do deputado Jorge Bittar (PT-RJ) ao projeto de lei que organiza a exploração das atividades de comunicação social eletrônica. A proposição (PL 29/07)

será discutida no Senado por grupo de trabalho coordenado pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Conforme o substitutivo, as novas regras são destinadas à TV paga. A proposta não alcança a programação da TV aberta nem os conteúdos gratuitos distribuídos pela internet.

Acesso condicionado, define a proposta, é o “serviço de telecomu-

nicações de interesse coletivo, prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes, e destinado à distribuição, em ambiente controlado, de pacotes e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, proces-

sos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer, inclusive protocolos de internet”.

O substitutivo também define o que é “conteúdo brasileiro” e estabelece regras para as produtoras de audiovisual brasileiras. O projeto encontra-se na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e deve ser votado amanhã.

CAS avalia políticas públicas para a juventude

Amanhã, a partir das 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública para avaliar as políticas públicas destinadas à capacitação profissional de jovens e à sua inserção no mercado de trabalho. O requerimento, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) e do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), foi aprovado pelo colegiado na reunião de 26 de março.

Para a audiência, foram convidados os ministros da Educação, Fernando Haddad; do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; e de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Também receberam convite o representante do Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), José Manuel de Aguiar Martins; e o secretário nacional da Juventude, da Presidência da República, Luís Roberto de Sousa Cury.

A audiência pública da CAS acontecerá no plenário 9 da Ala Alexandre Costa.

CPI das ONGs deve votar 51 requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs) reúne-se amanhã para votar requerimentos. Há 51 pedidos, a maioria de convocação e de transferência de sigilos bancário, fiscal e telefônico de instituições e pessoas físicas.

Governo e oposição negociam acordo que permita a votação. No dia 6, a reunião foi cancelada pelo presidente do colegiado, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), que informou ter recebido pedido do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para discutir com as lideranças como os requerimentos seriam votados.

Requerimentos de Raimundo Colombo pedem às fundações de apoio às universidades federais relação de pagamentos acima de R\$ 50 mil a entidades sem fins lucrativos. Há também requerimentos de Sérgio Guerra (PSDB-PE) que solicitam cópias de convênios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário com ONGs. Já Fátima Cleide (PT-RO) pede a convocação de representantes da Fundação de Empreendimentos Tecnológicos de Santa Catarina.

Licença-paternidade pode ser ampliada de cinco para 15 dias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá votar, na quinta-feira, projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que amplia de cinco para 15 dias a licença-paternidade. Pais adotantes também poderão ser beneficiados com a proposta, que será votada em decisão terminativa no colegiado.

Na justificativa da proposta (PLS 666/07), a senadora ressalta que os cinco dias previstos na legislação são insuficientes para que o pai possa contribuir com uma assistência mais efetiva ao filho e à mãe.

A CAS também deve analisar projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que estimula



Patrícia Saboya aponta a necessidade de o pai dar maior assistência à mãe e ao filho

a utilização de energia solar em prédios de uso coletivo. A proposta (PLS 23/04) altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) a fim de incentivar a utilização de fontes alternativas de energia.

Senadores vão a Mato Grosso investigar desmatamento

Um mês após terem participado de diligências no Pará, senadores da comissão criada para apurar os riscos ambientais em municípios da região amazônica atingidos pelo desmatamento viajam amanhã a Mato Grosso. Na quinta e na sexta-feira, participam de debates em Cuiabá, Alta Floresta e Sinop.

A comissão tem o objetivo de verificar o risco ambiental por que passam 36 municípios de Mato Grosso, Pará e Rondônia, relacionados em mapa do desmatamento elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Dados divulgados em janeiro pelo Ministério do Meio Ambiente indicavam desmatamento na região amazônica de 3.235 quilômetros quadrados – 53,7% em Mato Grosso; 17,8% no Pará; e 16% em Rondônia.

Participarão da viagem Jayme

Dados divulgados em janeiro deste ano pelo Ministério do Meio Ambiente indicavam desmatamento na região amazônica de

3.235
quilômetros quadrados

53,7%
Mato Grosso

17,8%
Pará

16%
Rondônia

Fonte: comissão temporária sobre riscos ambientais

Campos (DEM-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Expedito Júnior (PR-RO), Serys Silhessarenko (PT-MT) e Gilberto Goellner (DEM-MT).

Serys pede articulação regional para definir prioridades na LDO

Em audiência pública sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009 realizada ontem em Curitiba, a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) alertou para a importância de as bancadas de cada região do país atuarem de forma articulada para incluir nas prioridades orçamentárias projetos que beneficiem o conjunto de seus estados.

– A Lei de Diretrizes Orçamentárias pode e deve ser trabalhada de forma proveitosa em termos regionais. A força conjunta das bancadas favorece a busca dos recursos – acredita a senadora.

A audiência foi realizada na Assembléia Legislativa do Paraná, com a participação do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). Estavam presentes também o presidente da Assembléia, deputado Nelson Justus, e deputados estaduais e federais da região Sul, entre eles Osmar Serraglio (PMDB-PR) e José Carlos Vieira (DEM-SC).

Foram apresentadas sugestões de projetos de impacto regional, como ferrovias, obras em portos e estradas. A reunião marcou o segundo debate regional sobre a LDO.

Senador lembra que a Constituição já dá ao presidente da República um instrumento de grande poder e rapidez, que é a urgência constitucional para votação de projetos

Maciel defende a extinção do instituto da medida provisória

O senador Marco Maciel (DEM-PE) propôs ontem que o Congresso Nacional acabe com o instituto da medida provisória, que tem permitido ao Executivo legislar sobre “quase tudo, e muitas vezes sem urgência ou relevância”. Ele ponderou que a Constituição já dá ao presidente da República um instrumento de grande poder e rapidez, que é o pedido de urgência constitucional para matérias no Congresso, o que obriga os deputados e senadores a votarem um projeto em apenas 90 dias.

Maciel afirmou que o fim das medidas provisórias não provocará qualquer risco à governabilidade, e que esse instrumento vem cerceando o Congresso em sua atribuição legislativa, pois as MPs trancam as votações de projetos depois de 45 dias de sua edição.



Maciel observa que MP tem sido fonte de atritos entre o Executivo e o Legislativo

Na semana passada, exemplificou, os senadores conseguiram votar todas as medidas provisórias que estavam sobrestando as atividades do Plenário, mas depois chegaram outras oito MPs, que também passaram a trancar a pauta, impedindo a votação de outras proposições.

Fotos: Leopoldo Silva

– Temos na pauta 81 matérias esperando votação e não podemos examiná-las devido às medidas provisórias. O Congresso não tem mais a sua agenda legislativa – argumentou.

Marco Maciel admite que a idéia da extinção das medidas provisórias “pode parecer algo radical”, mas disse ter chegado à conclusão de que essa pode ser a única saída possível.

Segundo o senador, as MPs têm sido fonte de atrito entre o Executivo e o Legislativo, gerando contenciosos que acabam no Supremo Tribunal Federal. Ele lembrou que a corte deve decidir, em breve, se o presidente da República pode usar MPs para abertura de créditos orçamentários extraordinários para ministérios, e opinou que a decisão pode ser desfavorável ao Executivo.

Garibaldi vê propostas da política industrial como “MPs do bem”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, avaliou ontem que as medidas provisórias que o governo deverá editar para implementar a nova política industrial representam um exemplo típico de boa utilização desse mecanismo constitucional.

O senador participou de solenidade na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro, em que foi anunciada a Política de Desenvolvimento Produtivo, que compreende metas de desoneração e financiamento para 24 setores da economia.

– Essas são medidas provisó-

rias do bem. Se esses projetos não forem editados por MPs, eles provocarão uma reação negativa do mercado. Esse caso da política industrial é típico de projetos que devem ser enviados por meio de MPs – disse.

No evento, o presidente Lula afirmou que, para a implementação da nova política até 2010, a edição das MPs seria necessária, sob pena de o programa sofrer atrasos. O presidente pediu a colaboração do Congresso.

– Certamente, nós vamos contar com a compreensão dos senadores e dos deputados, e como aconteceu nas obras do PAC, o



Garibaldi afirma que iniciativas da nova política justificam medida provisória

Congresso vai dar uma demonstração de competência e vai votar as coisas com a rapidez de que o Brasil precisa – afirmou Lula.

Para Garibaldi, o lançamento da nova política industrial ganha destaque no momento em que o país adquire fundamentos econômicos mais sólidos.

Senadores reverenciam o político e comunicador Artur da Távola

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), ressaltou mais uma vez, ontem, as qualidades do ex-senador Artur da Távola (PSDB-RJ), falecido na última sexta-feira. Um dos autores para realização de sessão em homenagem ao ex-senador, ele disse que a proposta se justifica porque os discursos proferidos no Senado em alusão a Artur da Távola ainda seriam insuficientes para reverenciar sua memória.

– Precisamos de uma sessão especial numa segunda-feira para que todos os amigos de Artur da Távola acorram ao Senado e encham a Casa para homenageá-lo.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), também defendeu sessão em homenagem a Arthur da Távola, com o apoio do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

Pedro Simon

Ao homenagear o ex-senador e “amigo de longa data”, Pedro Simon (PMDB-RS) frisou que Artur da Távola tinha fortes elos com o Rio Grande do Sul, onde os pais de ambos se radicaram, vindos do Líbano.

Para Simon, os discursos de Távola, embora improvisados, eram precisos e de rara qualidade. O senador disse ter conhecido diversas pessoas que passaram a apreciar a música erudita devido ao programa *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, apresentado por Távola na TV Senado.

Por sua vez, Alvaro Dias (PS-



O político e intelectual Artur da Távola foi homenageado ontem em Plenário

DB-PR) afirmou que a melhor palavra para definir o ex-senador Artur da Távola é qualidade, a “qualidade do amigo, do amigo leal, solidário”. Ele externou “o mais profundo sentimento” pela morte de Távola, uma perda que, segundo observou, “não pode ser descrita em poucas palavras”.

Alvaro Dias enfatizou a paixão pela arte e pela música e a “extraordinária sensibilidade” do falecido.

Já Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou que Távola era “um grande comunicador social” que contava com sua admiração. Solicitou ainda a transcrição nos Anais de artigo de Luiz Paulo Horta publicado no jornal *O Globo*, o qual destaca que, graças à forma didática, mas “sem dizer bobagens” ou sem vulgarizar a música clássica, Távola deve ter mudado a opinião de muita gente que achava que música clássica “é uma coisa erudita, para eruditos”.

Para Mozarildo, presidente agride a lei eleitoral em eventos do PAC

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o presidente Lula se aproveita dos índices de popularidade que lhe são conferidos nas pesquisas “para agredir a legislação eleitoral”. Segundo o senador, nas visitas que faz aos estados para anunciar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Lula tem promovido verdadeiros comícios para atacar parlamentares de oposição e também o Poder Judiciário.

De acordo com Mozarildo, nessas ocasiões Lula tem se comportado como um político antidemocrático, grosseiro e que demonstra soberba ao revidar críticas por estar fazendo propaganda eleitoral na condição de presidente da República, o que é proibido por lei. “Ele finge que não está transgredindo as regras do Tribunal Superior Eleitoral, mas está”, assinalou.



Lula promove verdadeiros comícios para atacar oposição e Judiciário, diz Mozarildo

O senador citou como exemplo do comportamento “ditatorial” do presidente notícias denunciando sua falta de humildade ao tratar dos oponentes. Uma delas, artigo do jornalista Merval Pereira em *O Globo* de domingo, intitulado “Lula se acha”, acusa Lula de “ignorar leis vigentes e dar palpites infundados sobre tudo, inclusive falando palavrões em público”.

Visita do presidente da Assembléia portuguesa

Garibaldi Alves recebe hoje o presidente da Assembléia da República de Portugal, deputado Jaime Gama, que visita Brasília no momento em que o país comemora o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil. O episódio marcou a formação do Estado nacional, com a abertura dos portos às nações amigas, a criação de uma indústria brasileira, a fundação do Banco do Brasil,

a inauguração da Faculdade de Medicina da Bahia e a criação da imprensa nacional.

Hoje, além de visitar Garibaldi Alves e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Parlamento português participará de sessão solene da Câmara em homenagem ao bicentenário.

Jaime Gama foi recebido ontem pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, ao lado de

quem inaugurou, no Salão Nobre, a exposição *As Origens do Estado Nacional – das Cortes Gerais ao Parlamento Brasileiro*. Na Câmara, ele participou ainda de uma conferência sobre o tema.

De acordo com o Itamaraty, a visita de Jaime Gama ao Brasil se realiza em uma ocasião particularmente positiva do relacionamento entre os dois países.

Fotos: Leopoldo Silva



Senadora reclama que verbas não são repassadas a prefeituras

Rosalba volta a cobrar recursos para o Nordeste

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) voltou a cobrar do governo federal o repasse de verbas emergenciais aos municípios nordestinos atingidos pelas chuvas.

A senadora lamentou que, embora o governo tenha editado uma medida provisória com essa finalidade, os recursos venham sendo repassados apenas por meio de convênios estaduais, o que impede o atendimento direto da população pelos prefeitos das localidades atingidas.

– Não é assim. O governo foi feito para atender aos necessitados, para servir, não para ser servido. E nessa hora tem que servir. Essa é uma responsabilidade intransferível. E que o dinheiro vá direto aos municípios. Os prefeitos não estão podendo mais assistir à população, não têm renda para as atividades importantes do município e para atender a urgências – reclamou a senadora.

Artur da Távola

Rosalba Ciarlini também manifestou pesar pelo falecimento de Artur da Távola, ocorrido na última sexta-feira, e lembrou a atuação do ex-senador no programa *Quem tem Medo de Música Clássica?*, transmitido pela TV Senado.

– Não tive a honra de conhecê-lo pessoalmente, mas, todo sábado e domingo, milhões e milhões de brasileiros tinham esse encontro marcado com ele, com a música que encantava. Quem tem medo da música clássica? Ninguém, ainda mais com um professor, um maestro, um grande homem nos ensinando – afirmou.

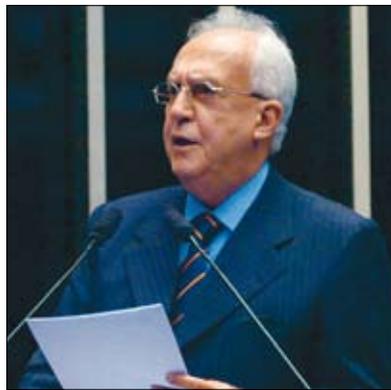
Medidas combatidas pelo PT na oposição, o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal foram as ações, na opinião do senador de Pernambuco, que levaram o Brasil a ser um país sério

Grau de investimento é conquista de três governos, diz Vasconcelos

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) recomendou ao presidente Lula que “termine o dever de casa”, promovendo as reformas tributária, trabalhista e previdenciária e limitando os gastos da máquina pública. Ele teme que a “euforia da popularidade” tenha deixado “o governo com o pecado da soberba”, impedindo a aprovação das reformas.

Vasconcelos saudou a conquista do grau de investimento pelo Brasil (bom pagador de dívidas), dado pela agência de riscos Standard & Poor’s, mas ponderou que a conquista se deve a três presidentes – Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

– O mérito do atual governo, devemos reconhecer, foi o de ter o bom senso de não embarcar em aventuras, tanto que selecionou um tucano – o então deputado Henrique Meirelles – para comandar o Banco Central e manteve em postos-chave técnicos



Para Jarbas Vasconcelos, o PAC nada mais é que o programa Brasil em Ação do governo passado

que integraram a equipe econômica de governos anteriores – afirmou.

O senador observou que o presidente Lula “se equivocou” quando disse que o grau de investimento significa que agora o Brasil “é um país sério”. Ele entende que “a seriedade foi construída lá atrás, com o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal

e tantas outras medidas” que o PT combateu.

Vasconcelos lamentou ainda que o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) tenha se transformado em peça de propaganda. Para ele, o PAC é, no fundo, o antigo programa Brasil em Ação, do governo Fernando Henrique Cardoso, abandonado durante os quatro primeiros anos do governo Lula.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou que o governo não tem investido o necessário em obras de infraestrutura, especialmente em portos. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comparou o PAC a uma “grande trovada com pouca chuva”, enquanto o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) sustentou que o programa é uma peça de propaganda. Já o senador José Agripino (DEM-RN) ponderou que o Brasil está caindo na armadilha de depender, nas contas externas, dos elevados preços dos produtos primários – minérios e alimentos.

Segundo Papaléo, Lula fez o contrário do que pregava sobre juros e CPMF

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o governo federal por assumir posições contraditórias às que defendia quando estava na oposição ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Na avaliação do senador, o presidente Lula e seus seguidores, ao chegarem no poder, se esqueceram de cumprir promessas feitas na campanha presidencial de 2002.

Um exemplo de incoerência, disse Papaléo, seria a mudança de posição da administração petista em torno da

necessidade ou não de cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Antes de ser governo, Lula veio ao Congresso pedir para barrar a CPMF. Quando candidato, ele e o PT não se cansavam de criticar o imposto. Depois de eleito, esqueceram as críticas e levantaram a bandeira da contribuição, sob o argumento de que era imprescindível para continuar com os programas sociais – observou o senador.



Na campanha, declarou Papaléo, PT afirmava o oposto do que fez quando assumiu o poder

Outras contradições do governo petista assinaladas por Papaléo seriam a complacência com os elevados lucros do setor financeiro e a taxação de aposentadorias dos servidores públicos.

Mão Santa nunca viu governo tão fraco como o atual

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que nunca viu um governo tão fraco como o de Lula. O parlamentar criticou as políticas de educação, saúde e segurança, citando fatos acontecidos no Piauí.

Mão Santa lamentou que os professores da Universidade Estadual do Piauí estejam em greve desde março, pleiteando piso de R\$ 1.703. Ele lembrou que o salário do maior cargo da burocracia do Executivo federal é de R\$ 10.448 e ressaltou que o presidente Lula nomeou mais de 25 mil “alopradados” para cargos de



Senador pelo Piauí homenageou ainda o Dia da Enfermeira e a ex-senadora Heloísa Helena

livre provimento.

O senador disse que o governo federal inaugurou um hospital com mais de 200 leitos, mas ao mesmo tempo foi desativado outro de 130 leitos, com servidores experientes.

Para ele, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deveria se chamar Propaganda de Alopados

Cacarejadores. Ele ainda criticou a segurança no Brasil:

– Isso aqui é a barbárie, isso aqui não é um país, não é civilização – afirmou.

Mão Santa também saudou a passagem do Dia da Enfermeira, comemorado ontem.

– Na hora do sofrimento e da dor, todos temos nela o alívio, a solidariedade, a obstinação, a dedicação. Na hora da alegria, ninguém se lembra, nunca vi parabéns e medalhas; na hora da dor, ô bicho bom é a enfermeira – disse.

O parlamentar lembrou também a baiana Ana Nery (1814-1880), matriarca da Enfermagem no Brasil, e a ex-senadora Heloísa Helena, formada em Enfermagem.



Senador entende que medida é importante para proteger os jovens

Mesquita: limites à propaganda de bebida alcoólica

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) reiterou seu apoio à restrição da veiculação de propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na TV entre 6h e 21h. A medida está prevista em projeto de lei (PL 2.733/08) em tramitação na Câmara e que teve a urgência para votação retirada pelo Executivo, autor da proposta.

– O lobby das cervejarias até agora venceu – lamentou.

Mesquita Júnior lembrou ainda que projeto de sua autoria (PLS 182/03) permaneceu “nas gavetas” do Senado. E pediu o empenho dos parlamentares em votá-lo para proteger a “juventude brasileira”. Segundo comentou, o governo gasta, por ano, mais de R\$ 33 bilhões com problemas decorrentes do consumo de bebida alcoólica, como o tratamento de vítimas de acidentes automobilísticos e de doenças como a cirrose hepática.

– Não sou puritano. Também tomo minha cervejinha, mas acho um absurdo que um instrumento público, ainda que em concessões privadas, possa se prestar a esse papel, empurrando garganta abaixo de nossos jovens a idéia de que beber faz bem, é salutar.

Em aparte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) classificou o discurso do colega como “ação de solidariedade, de bem querer ao povo, na defesa da vida”.

Mesquita Júnior também parabenizou a revista *IstoÉ* por publicar fascículos com ensinamentos de gramática, a exemplo do que faz o jornal *Folha de S. Paulo*, que oferta, aos domingos, clássicos da literatura brasileira a preços módicos.

Sessão especial em homenagem à extinção da escravidão foi solicitada em dois requerimentos: um de Cristovam e Paim e outro encabeçado por Mercadante

Senado comemora hoje os 120 anos da Abolição

O Senado realiza sessão especial hoje, às 10h, para comemorar os 120 anos da Abolição da Escravidão no Brasil, com a promulgação da Lei Áurea. A homenagem resulta de dois requerimentos: um dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS) e outro encabeçado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O fim da escravidão foi decidido em votação no Senado, com a libertação incondicional e imediata dos escravos. Estimulado pela força do movimento abolicionista e pelo chefe do Gabinete Ministerial, então senador João Alfredo Corrêa de Oliveira, o projeto tramitou aceleradamente, sendo a Lei Áurea assinada pela princesa

Isabel em 13 de maio de 1888.

Segundo Mercadante, o texto da Lei Áurea, com apenas dois artigos, constituiu-se na norma jurídica de “maior alcance social do Brasil”, e sua singeleza “encobre uma complexa e longa luta que dividiu e ainda divide profundamente a sociedade brasileira”.

A escravidão já era contestada desde a Assembleia Constituinte de 1823, quando José Bonifácio de Andrada e Silva propôs que o Brasil, como os Estados Unidos, substituísse os escravos por imigrantes europeus.

Quilombos

O negro também reagiu à escravidão, buscando uma vida digna.

Foram comuns as revoltas nas fazendas em que grupos de escravos fugiam, formando os famosos quilombos, comunidades bem organizadas, onde os integrantes viviam em liberdade.

Nos quilombos, os negros podiam praticar sua cultura, falar sua língua e exercer seus rituais religiosos. O mais famoso foi o Quilombo de Palmares, comandado por Zumbi, que, posteriormente, foi martirizado no dia 20 de novembro de 1695 – data em que se celebra o Dia da Consciência Negra.

Movimentos de políticos, artistas, estudantes e intelectuais também se destacaram em favor da causa abolicionista.

Sessão especial terá a participação do chanceler austríaco

Acompanhado de delegação de empresários dos setores financeiro, siderúrgico, turístico, energético e de transporte, o chanceler federal da República da Áustria, Alfred Gusenbauer, visita hoje o Senado, devendo discursar na sessão especial em que a Casa celebra os 120 anos da Abolição da Escravidão. Homenageada nesta sessão, a princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea, era neta da arquiduquesa Leopoldina da Áustria, pertencente à Casa de Habsburgo.

A vinda de Gusenbauer ao Brasil é retribuição à visita que o presidente Lula fez à Áustria, em 2006. Segundo o Itamaraty, os dois países compartilham as mesmas idéias a respeito do fortalecimento da democracia, do multilateralismo, do respeito aos direitos humanos e da promoção do desenvolvimento com justiça social.

O chanceler austríaco vai também a São Paulo, onde terá encontros na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e na siderúrgica Villares Metals, adquirida em 2004 por um grupo austríaco-sueco.

Em Brasília, Gusenbauer se encontra com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, seguido-se almoço no Palácio Itamaraty.

Senadores elogiam trabalhos do jornal e TV Senado sobre Lei Áurea

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) elogiaram edição comemorativa do **Jornal do Senado** sobre os 120 anos da Abolição. O jornal preparou a simulação de uma edição que teria sido publicada em 14/05/1888. Paim, que também destacou o documentário da TV Senado intitulado *A Chama da Liberdade*, apresentou requerimento de voto de louvor aos órgãos de comunicação do Senado pelos trabalhos produzidos.

O senador citou ainda processo que o Supremo Tribunal Federal deverá julgar questionando a política de cotas e o ProUni. Ele anunciou a intenção de “centenas de intelectuais” de entrarem com uma ação no próprio STF



Paulo Paim destaca suplemento do *Jornal do Senado* sobre a Abolição

pedindo a manutenção das ações afirmativas. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Mão Santa (PMDB-PI) e Papaléo Paes (PSDB-AP), dirigindo a sessão, associaram-se ao requerimento.

Ano Cultural exibe *Atlântico negro* – na rota dos orixás

Como parte da programação do Ano Cultural do Senado Federal, que aborda os 120 anos da Abolição da Escravidão, será exibido hoje, às 19h30, o filme *Atlântico negro – Na rota dos orixás* (1998), do cineasta Renato Barbieri. A sessão, com entrada franca, será no Auditório Petrônio Portela.

O Ano Cultural é projeto de uma comissão especial forma-

da, este ano, por um grupo de servidores e coordenada pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE). A proposta da comissão é desenvolver atividades culturais na Casa no período de maio a dezembro.

O filme *Atlântico negro – Na rota dos orixás* trata da grande influência africana na religiosidade brasileira.

Arthur Virgílio questiona critério para leilão de arroz da Conab

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), solicitou ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, a suspensão do leilão eletrônico de 82,5 mil toneladas de arroz, anunciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para as 9h de hoje.

O objetivo do leilão é garantir o abastecimento interno com estoques públicos e impedir a alta de preços. Arthur Virgílio, no entanto, questionou a operação, advertindo que os critérios do edital prejudicam vários segmen-

tos de mercado, pois só podem participar as indústrias de beneficiamento cadastradas no Sistema de Registro e Controle da Conab, junto à Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F).

Conforme o senador, “a medida exclui e prejudica” cerealistas, atacadistas, indústrias de alimentos e cooperativas que não tenham como atividade principal o beneficiamento de arroz.

Virgílio também criticou a ratificação, pelo Brasil, da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.

CPI apura denúncia de abuso de menores em Niquelândia

Os senadores Magno Malta (PR-ES) e Demostenes Torres (DEM-GO), respectivamente presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, ouviram ontem duas adolescentes vítimas de abuso sexual no município de Niquelândia (GO). O prefeito Ronan Rosa Batista, vereadores e secretários municipais foram denunciados por supostamente utilizar a máquina pública para aliciar menores.

Hoje, a comissão colherá o depoimento do prefeito e, em seguida, convocará os vereadores denunciados, inclusive os que já foram condenados pela Justiça.

Goellner anuncia regularização ambiental em Mato Grosso

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) anunciou a aprovação, pela Assembleia Legislativa de seu estado, do Decreto 20/08, que institui o programa Mato Grosso Legal, para implementar a regularização ambiental e agrária no estado.

– A finalidade é promover ações e medidas visando à reestruturação dos passivos ambientais, à preservação de áreas que compõem as matas ciliares e nascentes, à regularização fundiária das posses rurais e à obediência de direitos e deveres trabalhistas relativos à atividade rural – explicou.

O programa, informou Goellner, será desenvolvido por um comitê gestor multidisciplinar, em parceria com o consórcio Mato Grosso Regional, do governo estadual.

Ele assinalou que o comitê



Programa Mato Grosso Legal foi aprovado pela Assembleia Legislativa, diz Goellner

será integrado pela Assembleia Legislativa, governo do estado, associação de municípios, Federação da Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Instituto de Terras, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Ministério Público e organizações não-governamentais, todos de Mato Grosso.

Internauta poderá receber notícias da Agência Senado

A Agência Senado começa a oferecer hoje serviço de RSS, que leva as notícias automaticamente ao computador do internauta. O leitor poderá escolher entre 16 canais diferentes: Agência Senado, Comissões, Congresso Nacional, CPIs, Cultura, Entrevista, Especial, Institucional, Investigações, Mercosul, Orçamento, Plenário, Presidência e Projetos.

É preciso apenas que o internauta instale em seu computador um leitor RSS, como o RSSReader, o FeedReader, o Bottom Feeder ou o ThinFeeder.